

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Arame recozido nº18. Catmat nº 247711.	150	KG	21,3100	3.196,5000
1	2	Areia lavada média. Catmat nº 216954.	350	M3	135,4100	47.393,5000
1	3	Adesivo plastico 75gr. Catmat nº265158.	20	UN.	8,2300	164,6000
1	4	Argamassa saco com 20 kg AC 3. Catmat nº 471797.	50	SC	41,9400	2.097,0000
1	5	Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros. Catmat nº381116.	150	BR	26,4100	3.961,5000
1	6	barra de ferro de 12 m 3/8. Catmat nº 270736	300	BR	65,7900	19.737,0000
1	7	barra de ferro de 12 m ¼. Catmat nº255612	100	BR	28,0400	2.804,0000
1	8	barra de ferro de 12 m 4,2. Catmat nº 387217	200	BR	16,7500	3.350,0000
1	9	Ferro 5/16 barra de 12 m. Catmat nº 251607	330	BR	46,5000	15.345,0000
1	10	Barra de tubo soldável 1ª linha 25mm x 6 metros. Catmat nº 481432	80	UN.	32,4400	2.595,2000
1	11	Bloco de concreto 14x19x39cm. Catmat nº 478212	3000	UN.	4,6900	14.070,0000
1	12	Cimento CII 32 saco de 50kg. Catmat nº 454500	1400	SC	42,1400	58.996,0000
1	13	Cal virgem, de 1A, 20 kg. Catmat nº 255402	750	SC	17,9100	13.432,5000
1	14	Caibro de 5 x 5 cm em pinho. Catmat nº 466168	1600	M	6,6600	10.656,0000
1	15	Chapa de maderite laminado 2,20x1,10x14mm. Catmat nº 248528	100	UN.	125,8200	12.582,0000
1	16	Chapa de maderite laminado 2,20x1,10 10mm. Catmat nº 430543	30	UN.	90,8000	2.724,0000
1	17	Concreto usinado MPA 25, convencional . Catmat nº 460215	64	TON	591,5300	37.857,9200
1	18	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17x0,15 cm - Padrão do Município. Catmat nº 392977	50	UN.	112,9700	5.648,5000
1	19	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17x0,15 cm - Padrão do Município. Catmat nº 392977	50	UN.	131,5000	6.575,0000
1	20	Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado. Catmat nº 463233	40	UN.	583,5200	23.340,8000
1	21	Grelha de concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro ¼. Base 72 cm x 52cm e grelha 60cm x 39cm. Catmat nº 604211	50	UN.	258,3300	12.916,5000
1	22	Grelha de concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 80x56 cm e grelha 71,5x46cm. Catmat nº 604211	100	UN.	310,0000	31.000,0000
1	23	Joelho soldável 25mm 90°. Catmat nº 452724	40	UN.	1,1100	44,4000
1	24	Lona preta 100 micras com 4 metros de largura. Catmat nº 470921	1000	M2	2,3500	2.350,0000
1	25	Malha de ferro 4,2 espaçamento 15x15 tamanho 3x2 mts. Catmat nº 472732	200	UN.	139,2100	27.842,0000

1	26	Mata junta de 3 metros de pinho. Catmat nº 226936	800	UN.	7,1200	5.696,0000
1	27	Prancha de madeira de eucalipto, 6 m de comprimento x 30 de largura x 6 cm de espessura. Catmat nº 452456	80	UN.	181,6700	14.533,6000
1	28	Pedra britada nº 1. Catmat nº 216957	250	M3	123,2800	30.820,0000
1	29	Pedrisco. Catmat nº 601214	100	M3	120,9400	12.094,0000
1	30	Prego polido com cabeça 22 x 48. Catmat nº 244993	20	KG	18,4100	368,2000
1	31	prego polido com cabeça 25 x 72. Catmat nº 443410	50	KG	24,6300	1.231,5000
1	32	Prego polido com cabeça 12x12. Catmat nº 612487	20	KG	21,6200	432,4000
1	33	Prego polido com cabeça 18x30. Catmat nº 444584	45	KG	18,0100	810,4500
1	34	Prego polido com cabeça 17X21. Catmat nº 609322	50	KG	18,5900	929,5000
1	35	Prego polido com cabeça 18 x 24. Catmat nº 317907	50	KG	18,8900	944,5000
1	36	Ripão de 2,5x 5cm com 3 metros em pinho. Catmat nº 462794	400	UN.	12,5000	5.000,0000
1	37	Revestimento cerâmico extra classificação "A", com absorção de máxima de água 10%. Catmat nº 610902	50	M2	33,6100	1.680,5000
1	38	SILICONE INCOLOR 280G. Catmat nº 612390	30	UN.	23,4000	702,0000
1	39	Tabua madeira 2,5 x 25,0cm (1x9"). Tipo Pinho.. Catmat nº 462565.	150	M	19,4800	2.922,0000
1	40	Tabua madeira 2,5 x 30,0cm (1x12"). Tipo Pinho. Catmat nº 462565.	1100	M	24,4600	26.906,0000
1	41	Tabua madeira 2,5 x 15 Tipo Pinho. Catmat nº 462564.	400	M	14,4900	5.796,0000
1	42	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 0,90x0,90x0,06 cm. Catmat nº 478301	80	UN.	183,3300	14.666,4000
1	43	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm. Catmat nº 312099	120	UN.	205,0000	24.600,0000
1	44	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 40cm, comprimento de 1m. Catmat nº 478060.	200	UN.	85,1000	17.020,0000
1	45	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem , diametro de 60cm, comprimento 1m. Catmat nº 478066.	200	UN.	152,3100	30.462,0000
1	46	Tubo de concreto, com encaixe ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 80 cm, comprimento de 1 metro. Catmat nº 478067.	100	TB	358,5400	35.854,0000
1	47	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diametro de 100 cm, comprimento de 1m. Catmat nº 478068.	200	TB	594,1300	118.826,0000
1	48	Tee soldável de 25mm. Catmat nº 469402.	40	UN.	2,5100	100,4000
1	49	Tijolo 6 furos 9x14x19cm. Catmat nº 271931.	40000	UN.	0,8300	33.200,0000
1	50	Tijolo maciço. Catmat nº 272157	5000	UN.	1,1400	5.700,0000
1	51	Treliça leve de 6m. Catmat nº 291903	50	UN.	31,4400	1.572,0000
1	52	Treliça H 8 pesada com 6m. Catmat nº 291903	100	UN.	34,2500	3.425,0000
1	53	Torneira para jardim plástica ¾. Catmat nº 384647	50	UN.	4,9100	245,5000

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

4.1. *O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados da solicitação de compra, de fracionada, conforme necessidade do município.*

4.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

4.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços descritos na solicitação de compra, dentro do perímetro do município de Ubatuba e no Distrito de Yolanda.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) José Antonio Torres dos Santos e Odilio Camargo Alves, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Ailton Niza Camargo Alves e Rozeno Aparecido Silverio.

### **Fiscalização Técnica**

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

5.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Ronaldo Felipe Maciel e Luiz Antonio Marafon, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.9.1. o prazo de validade;
- 6.9.2. a data da emissão;
- 6.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.9.5. o valor a pagar; e
- 6.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.13. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

### **Prazo de pagamento**

6.17. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

#### **Forma de pagamento**

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### **Forma de fornecimento**

7.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### **Exigências de habilitação**

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).



7.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

7.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

7.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

### **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 757.217,87 (Setecentos e cinquenta e sete mil duzentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.*

8.2. **Em caso de licitação para Registro de Preços**, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubatuba.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	3274	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		141.500,06
0904	3277	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		122.571,90
1002	3280	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		325.361,96
1007	3293	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		167.783,95

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubatuba, 16 de maio de 2024.

---

**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO**

---

**SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS**